

Câmara adia votação do Plano para Saúde

DF -

CRYSTIANO D'MOURA/ 09.04.2000

O Plano Emergencial para a Saúde continua sem data definida para ser votado pela Câmara Legislativa. Previsto para ser apreciado na sessão extraordinária de ontem, o Plano foi retirado da pauta. A decisão partiu da própria líder do governo, Eurides Brito (PMDB), que alegou pedido de vistas ao projeto.

Os governistas argumentam que o Plano foi "descharacterizado" com as emendas apresentadas por alguns deputados. A intenção da líder Eurides Brito é discutir com o governador Joaquim Roriz as mudanças em relação ao projeto original.

A idéia da base governista é devolver os projetos do Plano que dependem de aprovação da Casa para o Executivo reapresentá-los. O projeto recebeu 12 emendas. Uma das principais mudanças diz respeito à gratificação por produtividade. O percentual, que incide sobre os procedimentos médicos, aumentou de 15% para 25%. Os enfermeiros, que inicialmente não seriam contem-



EURIDES Brito quer discutir emendas com o governador

27 MAR 2003

JORNAL DE BRASÍLIA

plados pela gratificação, também ganhariam direito ao percentual.

Outra novidade diz respeito ao cargo de diretor técnico, encarregado de cuidar das questões administrativas do hospital. Uma das emendas obriga o ocupante do cargo a ser formado em administração hospitalar. Segundo o deputado Izalci Lucas (PFL), um dos integrantes da Comissão de Educação e Saúde, não houve mudanças no número total de cargos cria-

dos pelo Plano (136).

De acordo com as planilhas encaminhadas pelo GDF, somente com pessoal, o Plano Emergencial vai representar um gasto de R\$ 22,8 milhões em 2003. Pelos cálculos do governo, a despesa de pessoal gerada pelas medidas não fere a Lei de Responsabilidade Fiscal. A lei determina que o Estado não pode comprometer mais de 49% do orçamento com folha de pagamento. Nesse caso, o comprometimento é de 34%.